

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma:

Proposta de lei n.º ___/XIII (1.ª) Projecto de lei n.º 303/XIII (2.ª) Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

INTER-REFORMADOS –COIMBRA /USC/CGTP-IN

Morada ou Sede:

Avª. Fernão de Magalhães, 640 – 2º. Esqº

Local

Coimbra

Código Postal 3000-174Endereço Electrónico usc.cgtp@gmail.com

Contributo: Projecto de Lei 303/XIII (2ª) Repõe direitos e rendimentos e assegura o direito à contratação colectiva no sector público -empresarial revogando normas gravosas do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de Outubro (PCP) (Separata nº 34, DAR, de 26 de Outubro de 2016)

APRECIACÃO

O Decreto-Lei 133/2013, de 3 de Outubro, estabeleceu um novo quadro normativo para o sector público empresarial, com profundas implicações no estatuto laboral dos trabalhadores deste sector, uma vez que o Governo PSD/CDS-PP aproveitou esta alteração para tentar consolidar na ordem jurídica algumas medidas profundamente gravosas, que visavam reduzir ou eliminar direitos destes trabalhadores, a maioria dos quais consagrados em instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

Tal como a CGTP-IN, esta organização de Reformados, sempre considerou estas disposições relativas ao estatuto laboral dos trabalhadores do sector público empresarial completamente inaceitáveis e mesmo potencialmente feridas de inconstitucionalidade, por violação do artigo 56º da Constituição, por desrespeitarem os contratos colectivos em vigor, impedirem a livre negociação entre as partes sobre as matérias aqui imperativamente reguladas e representarem uma imposição unilateral de condições remuneratórias claramente desfavoráveis aos trabalhadores.

Neste quadro, concordamos integralmente com a proposta de revogação destas normas constante do presente Projecto, fazendo votos para a sua rápida aprovação e consequente reposição dos direitos dos trabalhadores do sector público empresarial.

Data Coimbra, 23 de Novembro de 2016

Assinatura



(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical, ou associação de empregadores, etc.